



São Paulo, 05 de setembro de 2017.

Presentes:

Nathalia Oliveira (CC É de lei e presidenta do Comuda), Maria Angélica Comis (ABRAMD), Lindilene Toshie Shimabukuro (Inst. Sedes Sapientiae), Rubens Kushimizo (Inst. Sedes Sapientiae), Alcione Moreno (Fund. Porta Aberta), Renato Del Sant (CREMESP), Núbia Elias dos Santos (Secretaria Estadual de Saúde) Carolina Toledo Diniz (Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas), Mathias Glens (Defensoria Pública), José Carlos de Oliveira (Sindicato dos comerciários), Stella (Coletivo Temperança), Nilson Hernandez (Secretaria Municipal de Saúde), Genivaldo L. Brandão (A. DE SAF), Pedro R. Nogueira (Crack: Reduzir Danos), Ed Otsuka (CRP), Thiago Henrique Bonfim (MPSP), Bianca Ribeiro de Souza (MPSP), Michel W. de Castro Marques (Hotel Sta Maria), Helena F. Rodrigues (Redes AC), Talitha Pastore lesser (LegislativoGab Toninho Vespoli)

Pautas:

- Informes sobre os desdobramentos do relatório "Estamos de Olho: avaliação conjunta dos hospitais psiquiátricos do projeto Redenção" e TAC (termo de ajustamento de conduta) que o MP deve propor a PMSP;

- Apresentação do primeiro documento base (documento anexo) que a PMSP está elaborando para o Programa Redenção, rodada de considerações e sugestões dos presentes para aperfeiçoamento do programa. Para esta tarefa, foram convidados para esta reunião: Stella (especialista em prevenção do Coletivo Temperança), Genivaldo Brandão (especialista em geração de renda - Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias -ADESAF) e Helena F. Rodrigues (especialista em Justiça e Cidadania - Redes AC)

O resultado da ação de vistoria nos hospitais psiquiátricos vinculados ao Programa Redenção gerou a necessidade de remontar o planejamento da Política Municipal de Álcool e Outras Drogas. O relatório destas vistorias está no site do Centro de Convivência É de Lei.

No atual plano, um rascunho mínimo, não estão pensados os eixos prevenção, geração de renda e cidadania. Enviaremos um parecer técnico do Comuda à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerações e sugestões para o Plano Municipal:

No item "Saúde Pública", a redução de riscos e a vulnerabilidade da população não deve se restringir às cenas de uso aberto, mas deve contemplar o município como um todo. reduzir os riscos no município como um todo, A prevenção não deve se



restringir ao uso abusivo, deve estar presente nas escolas, nas grandes festividades da cidade (Skol Beats, Virada Cultural, etc). Deve-se pensar ações nesses eventos e na garantia do cumprimento de leis como a obrigatoriedade de oferecer água de graça em os lugares que vendem bebidas alcoólicas.

Ed Otsuka: caminhar para que os leitos sejam fechados. alguns conselhos verificaram a falta de recursos humanos nos hospitais, mas não queremos esses ajustes, queremos o fechamento destes leitos e que algumas coisas sejam garantidas

Nathália : os convênios estão firmados até abril de 2018

Sugestão de que Helena (Redes) e Carolina IBCCRIM possam coordenar o eixo de cidadania do plano

Meta 6 do plano municipal de drogas

tivemos 3 reuniões com o dr arthur Guerra.

Na parte “Assistência Social, convocamos presença dos representantes no COMUDA para conversar sobre o que estão pensando de ações

Angélica: pergunta quais seriam os eixos do Projeto. Aponta que para que o planejamento seja efetivo, cada eixo tem que ter uma diretriz e ela pensou uma diretriz para cada eixo.

Nathália: aponta para a necessidade de pensar indicadores de análise epidemiológica.

Brandão: necessidade de instituir formas alternativas de empregabilidade e de geração de renda que não sejam apenas CLT. Muitos usuários de substâncias psicoativas não têm condições de assumir logo de início um contrato formal como o CLT exige. Algo nos moldes da economia solidária seria uma possibilidade sugerida. Geração de renda. No POT (Programa Operação Trabalho) não existe uma exigência de abstinência, apenas um cuidado para a segurança e adequabilidade. Essa flexibilidade permite trabalhar o cidadão para um trabalho mais formal. Na Secretaria do trabalho, pessoas chegam depois que já passaram por assistência e saúde. 705 pessoas atendidas, 250 em plena atividade de trabalho. Hoje estão com 412 vagas, 250 vagas ociosas, estão vivendo uma grande expectativa, vendo uma grande ociosidade POT é uma ante sala do Trabalho Novo (assistência Social).

POT: fábrica verde, costura e brechó, artesanato, bicicleta, zeladoria, pintura, espaço de exposição dos usuários do programa. Quando o público vê os desdobramentos do POT no evento de divulgação das atividades, percebem que existe muito mais do que bomba e uso de drogas, tem construção de conhecimento, geração de renda, Há uma forte preocupação de que o POT seja esquecido. Ele é uma política pública.

Protocolos: importante saber e deixar claro o que cada equipamento faz e fazer valer os protocolos que já existem, as tipificações existem para isso. Que o Projeto Terapêutico Singular possa ser feito pelo Consultório na Rua e pelos SEAS



Angélica: importância da incorporação das demandas jurídicas das pessoas nos projetos terapêuticos para os usuários e famílias, a justiça criminal municipal deve ser acompanhada.

Ed ressalta a importância de haver transversalidade nas ações envolvidas no Projeto Redenção.

Criação do Eixo Justiça e cidadania:

Helena: quando a pessoa é convocada para se apresentar, muitas vezes não se leva em conta o fato de que esta pessoa já passou por processo criminal, judicial, e audiência de custódia. Também não se leva em conta que as pessoas vêm do extremo Sul de São Paulo e não têm condições econômicas de locomoção para se apresentarem na justiça

Mathias aponta a importância de repensar a forma como as pessoas são julgadas. É comum olhar os casos de uso de drogas pelo viés criminal e não pelo lado da saúde. Importância de não criminalizar casos de uso.

Helena: levar conhecimento de audiência de custódia.

Muitas pessoas poderiam cumprir prisão domiciliar e não têm casa e não têm como conseguir vaga fixa em albergue. Pensar em outro modelo de julgamento do caso, como justiça restaurativa. Outros modelos de resolução de conflito.

Angélica: a forma como a mídia trata a audiência de custódia traz uma imagem distorcida de que ela é geradora de problema e não de soluções.

Nathália: redundância de abordagem policial é um sinalizador da forma como as ações estão sendo compreendidas. Olhar para o fato de que a necessidade de parar o uso drogas não pode ser a única prerrogativa de uma política pública de drogas.

Diagnósticos: de que diagnósticos estamos falando?

Inserção social e não reinserção social.

termos fazem diferença para pensar de forma mais ampla, não só para aqueles estão em condições de vulnerabilidade social.

Muitas pessoas internadas não precisavam estar internados para desintoxicação.

Necessidade de ampliar o cardápio de possibilidades para o trabalhador lidar com o público que atende. se a perspectiva é sempre abstinente, trabalhador sempre vai se sentir impotente e frustrado, assim como o usuário. Impotência gerando adoecimento.

Se o paciente não adere ao programa, outras possibilidades precisam ser pensadas para ele.

Ed importante política pública e modelo de cuidado que privilegie os equipamentos públicos. privilegiar os UAs e os CAPS Ad III e não em espaços e entidades privadas, como hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas.



Helena: atentar ao fator formação continuada dos profissionais envolvidos nas diversas ações.

Nathália: finalidade do plano tem que ser o cuidado com a pessoa e não a abstinência

Constatação de que o plano não contempla Controle Social. Tudo se concentra no Poder Executivo. Necessidade de pensar um espaço dentro do programa que haja acompanhamento e controle social. Propomos fortemente que este espaço seja no COMUDA, pois está em lei e é aberto à participação, ou então, propomos que o COMUDA participe fortemente do comitê gestor para podermos acompanhar as ações. Inserir o COMUDA como instância consultiva, de diálogo do Projeto com a sociedade civil.

A princípio o executivo deveria compor o COMUDA e a partir do COMUDA aplicar as ações. Como a gestão atual não ocupa seus assentos, este espaço político, precisamos encontrar outros espaços de diálogo.

Nilson considera que este plano é apenas inicial pode estar sujeito à mudanças.

Nathália: diante desta inversão em que o executivo não ocupa estes assentos, COMUDA perde sua força como espaço plural e democrático, instância de controle social.

Angélica: eixo prevenção deve englobar protagonismo juvenil; capacitação para o trabalho de jovens; prevenção nas escolas; habilidades para a vida.

eventos festivos da cidade: necessidade de que tenha um stand de informação sobre o uso de substâncias (baseado na PNAD);

Cumprimento e fiscalização da lei que não permite vender bebida alcoólica para menores de idade, orientação das famílias.

Fortalecer a prevenção nas unidades básicas.

Mathias: como fazer uma capacitação continuada com a guarda civil metropolitana.

Na gestão anterior teve capacitação da GCM. Foi bom de forma que tivemos guardas mediadores de conflito. A atual política coloca como diretriz o uso violência.

Necessidade de levar estas prerrogativas para que não seja apenas política municipal, mas LEIS municipais. A subcomissão de direitos humanos da Câmara vai levar esta proposta e a idéia é transformar em decreto.

Stella: um plano de comunicação baseada em pesquisas e em modelos que funcionam. Políticas baseadas em práticas que funcionam.

Nathália: uma nota técnica será elaborada, a partir de material da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e das considerações feitas nesta reunião e será encaminhada para a gestão do Projeto Redenção.

Encaminhamento: Maria Angélica e Michel elaborarem a nota técnica.